



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MAIRIPORÃ

Lei Municipal: 2.348 de 02/04/04 - CNPJ: 06.292.868/0001-99

Estado de São Paulo

RESOLUÇÃO Nº 01 DE 02 DE SETEMBRO DE 2024

“Aprova o Regimento Interno do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mairiporã – IPREMA.”

O CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MAIRIPORÃ – IPREMA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 9º da Lei nº 4.300, de 03 de abril de 2024, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 12 da Lei nº 4.300, de 03 de abril de 2024, e

CONSIDERANDO o que foi deliberado pelo Conselho Deliberativo em sua terceira reunião extraordinária realizada em 22 de agosto de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o **Regimento Interno do Conselho Deliberativo** do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mairiporã – IPREMA, nos termos do texto anexo, que fica fazendo parte integrante e inseparável desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Mairiporã, 02 de setembro de 2024.

Diego de Araujo de Hollanda
DIEGO DE ARAUJO DE HOLLANDA

Presidente do Conselho Deliberativo



Estado de São Paulo

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DELIBERATIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MAIRIPORÃ – IPREMA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º As normas, diretrizes gerais e competência do Conselho Deliberativo, seu Presidente e Secretário são aquelas definidas na Lei nº 4.300, de 03 de abril de 2024, sendo as normas específicas quanto ao funcionamento do conselho definidas neste Regimento.

CAPÍTULO II

DA INSTALAÇÃO DO CONSELHO

Art. 2º Os Conselheiros eleitos e indicados na forma da lei, para integrarem o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mairiporã – IPREMA, depois de empossados pelo Diretor Presidente do IPREMA, reunir-se-ão no mês de janeiro, de cada ano, para eleger seu Presidente, Vice-Presidente e Secretário.

§ 1º A primeira reunião do ano será coordenada pelo Presidente do ano anterior, ou, na ausência deste, pelo Conselheiro eleito e mais votado, que definirá a data, o horário e o local, para os fins previstos neste artigo, e comunicará aos demais membros do Conselho.

§ 2º O Presidente do Conselho será eleito entre os conselheiros indicados para mandato de um ano, podendo ser reconduzido uma única vez.

§ 3º O Vice-Presidente e o Secretário, serão eleitos entre os seus pares para cumprir mandato de um ano, permitida a reeleição.

§ 4º A eleição será feita pelo voto secreto.

§ 5º Exigir-se-á quórum mínimo de 2/3 (dois terços) dos Conselheiros para a realização da eleição de seus dirigentes.

§ 6º Em caso de empate será considerado eleito o conselheiro que possua mais tempo de serviço no município.

Art. 3º Eleitos o Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário do Conselho, estes serão empossados no ato, assumindo imediatamente as suas funções na reunião ordinária.

CAPÍTULO III

DO FUNCIONAMENTO

SEÇÃO I



Estado de São Paulo

DA CONVOCAÇÃO

Art. 4º O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente, a cada dois meses, em local designado, mediante prévia convocação dos Conselheiros pelo seu Presidente.

§ 1º A convocação será feita com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, por e-mail, escrito, ou outro meio acordado entre os membros.

§ 2º O ato de convocação fixará o dia, horário, local da reunião e a pauta de deliberações.

Art. 5º As reuniões do Conselho só poderão ter início com a presença da maioria absoluta e as deliberações serão definidas pelo voto da maioria simples.

§ 1º As deliberações relativas ao aumento de contribuição dos servidores, alienação de bens imóveis, e a aplicação de recursos financeiros, dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos Conselheiros.

§ 2º É obrigatório o registro em ata de todas as deliberações tomadas.

Art. 6º O Conselho reunir-se-á extraordinariamente sempre que se fizer necessário, mediante prévia convocação, com antecedência mínima de 24 (vinte quatro) horas, observadas disposições contidas nesta resolução.

Parágrafo único. A convocação de reunião extraordinária do Conselho poderá ser feita pelo seu Presidente, pelo Vice-Presidente, na ausência ou impedimento do Presidente, ou pela maioria absoluta do respectivo conselho.

SEÇÃO II

DAS REUNIÕES

Art. 7º As reuniões do Conselho serão realizadas em horário de expediente normal das repartições municipais, sem prejuízo do servidor municipal que se encontrar no exercício do cargo de conselheiro, conforme previsão do art. 16 da Lei nº 4.300, de 03 de abril de 2024.

Art. 8º Nas reuniões do Conselho discutir-se-á os assuntos constantes da pauta de reunião, não podendo ser discutido assuntos não previstos no ato da convocação.

Parágrafo único. Excepcionalmente o Conselho poderá deliberar sobre matéria não constante da pauta, apresentada por qualquer um dos Conselheiros ou pelo Diretor Presidente, desde que haja aprovação da maioria absoluta do respectivo conselho.

Art. 9º Os assuntos em pauta serão discutidos e, depois que declarada encerrada a discussão, pelo Presidente, dar-se-á início ao processo de decisão, aprovando-se ou rejeitando-se a matéria.

Parágrafo único. Havendo divergência na decisão entre os conselheiros, esta deverá constar em ata.



Art. 10 Todos os assuntos colocados em pauta deverão ser discutidos e decididos na reunião correspondente.

§ 1º Sempre que o assunto exigir, o Presidente, por sua iniciativa ou a requerimento de qualquer Conselheiro, poderá convidar especialista ou pessoa habilitada para prestar informações específicas ou complementares, consideradas necessárias ou imprescindíveis à compreensão da matéria em exame.

§ 2º Excepcionalmente, o Presidente poderá determinar o adiamento, para a reunião seguinte, a discussão ou a decisão sobre qualquer matéria constante da pauta, nas seguintes hipóteses:

I – Quando a decisão sobre a matéria em pauta depender de parecer técnico ou jurídico;

II – Quando qualquer um dos Conselheiros solicitar vista de processo em pauta, para melhor exame da questão, e a solicitação for aprovada pela maioria simples dos Conselheiros; ou

III – Quando o assunto tratado for específico e demandar reunião exclusiva para esse fim.

Art. 11 Após a apresentação da matéria e concedida manifestação dos Conselheiros, o Presidente submeterá a mesma à votação dos Conselheiros.

§ 1º Em regime de votação, nenhum Conselheiro poderá se abster de votar, inclusive o Presidente.

§ 2º Em caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho Deliberativo o voto de desempate.

§ 3º O Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mairiporã – IPREMA, quando participar das reuniões do Conselho Deliberativo não terá direito a voto.

Art. 12 As reuniões do Conselho serão públicas, não podendo ser restringida a entrada de qualquer segurado ou interessado, observada a limitação de espaço físico.

§ 1º Os interessados ou segurados presentes não poderão participar da discussão ou da decisão de qualquer matéria prevista na reunião.

§ 2º Em caso de descumprimento do disposto no parágrafo anterior, o Conselho poderá dar prosseguimento a reunião, de forma secreta ou impedir o participante inconveniente de permanecer no local.

SEÇÃO III

DAS ATAS

Art. 13 Compete ao Secretário lavrar as atas de todas as reuniões do Conselho, registrando nelas, resumidamente, os assuntos em pauta submetidos a discussão e



votação.

Art. 14 As atas conterão, obrigatoriamente:

I – O número da ata;

II – A data e o local da reunião;

III – O nome dos Conselheiros presentes e dos ausentes;

IV – A eventual justificativa dos Conselheiros ausentes em reuniões anteriores, e sua aceitação ou não pelos Conselheiros presentes;

V – A indicação dos assuntos tratados e das respectivas deliberações;

VI – A aprovação ou rejeição da matéria apresentada na reunião, descrevendo as divergências entre os conselheiros, se houver;

VII – A assinatura de todos os conselheiros presentes.

§ 1º As atas serão numeradas em ordem cronológica, reiniciando-se a numeração a cada início de exercício;

§ 2º As atas serão digitadas e impressas em computador, não podendo conter espaços em branco, abreviaturas de palavras ou expressões e rasuras.

§ 3º As atas serão mantidas em livro próprio do Conselho Deliberativo, com termo de abertura e de encerramento assinadas pelo Presidente.

Art. 15 Todos os assuntos discutidos e votados pelo Conselho, mesmo aqueles não constantes da pauta, serão obrigatoriamente transcritos.

SEÇÃO IV

DAS RESOLUÇÕES

Art. 16 Os assuntos de maior relevância, decididos pelo Conselho, serão objeto de Resolução.

Art. 17 Serão obrigatoriamente transformados em Resolução:

I – Regulamento para a concessão de benefícios previdenciários;

II – Reajuste anual dos proventos de aposentadoria e das pensões por morte nos casos em que os aposentados e pensionistas não tenham direito a paridade ativo-inativo;

III – Regulamento das eleições destinadas ao preenchimento das vagas nos Conselhos Deliberativo e Fiscal;

IV – Autorização para venda ou aquisição de imóveis;

V – Criação de comissões de trabalho;



Estado de São Paulo

VI – Política de Investimentos;

VII – Concessão de licença temporária para o exercício dos cargos de Presidente e Secretário;

VIII – Concessão de licença temporária para o exercício do cargo de Conselheiro;

IX – Plano de capacitação; e

X – Avaliação de Desempenho dos Servidores.

CAPÍTULO IV

DA VACÂNCIA, SUBSTITUIÇÕES E DAS LICENÇAS

Art. 18 Qualquer Conselheiro poderá ser licenciado do exercício de suas funções no Conselho, a pedido ou de ofício, por tempo determinado ou indeterminado, conforme o caso, por motivo de doença ou qualquer outra razão relevante.

Art. 19 A ausência eventual decorrerá de ausência ou impedimento momentâneo, e não autoriza a convocação de suplente para o respectivo conselho.

§ 1º No caso de ausência eventual do Presidente, o Vice-Presidente ficará autorizado a substituí-lo, exclusivamente, para a presidência da reunião ordinária ou extraordinária, e para encaminhar as deliberações do Conselho, acompanhando sua fiel execução.

§ 2º O Conselheiro deverá declarar impedimento de participar do julgamento de assunto ou processos de seu interesse pessoal, ou de parentes até o terceiro grau, ou ainda quando for representante legal do segurado em litígio ou terceiros envolvidos.

Art. 20 A ausência temporária decorrerá de falta ou impedimento prolongado, mediante concessão de licença pelos demais membros do Conselho, a pedido ou de ofício, por tempo determinado ou indeterminado, conforme o caso.

§ 1º Concedida a licença temporária ao Conselheiro, o suplente será imediatamente convocado para tomar posse e assumir o exercício temporário do cargo de Conselheiro, na reunião ordinária ou extraordinária seguinte.

§ 2º O Conselheiro licenciado poderá reassumir o exercício do seu respectivo cargo, a qualquer tempo, mesmo que a licença tenha sido concedida por prazo determinado, mediante comunicação por escrito, registrando-se em ata.

§ 3º Os Conselheiros só poderão ser licenciados de ofício quando estiverem impossibilitados de apresentar pedido de licença.

Art. 21 O Vice-Presidente substituirá o Presidente, eventual ou temporariamente, nas ausências, faltas, licenças ou impedimentos temporários deste.

§ 1º No caso de vagar o cargo de Presidente, será escolhido outro Conselheiro para concluir o seu mandato.



Estado de São Paulo

§ 2º No caso de ausência eventual ou de licença temporária do Secretário, o Presidente designará um Secretário *ad hoc* em cada reunião.

Art. 22 Declarado extinto o mandato de Conselheiro, nos casos de falecimento, de renúncia e de outros previstos em lei, o suplente respectivo será imediatamente convocado para tomar posse e assumir o exercício do cargo vago, na reunião ordinária ou extraordinária seguinte, devendo o sucessor completar o mandato do Conselheiro sucedido.

Parágrafo único. Excepcionalmente, no caso de vacância ou licença de Conselheiro eleito, sem suplente que o substitua, facultar-se-á ao respectivo Conselho a nomeação de Conselheiro substituto, escolhido dentre os servidores municipais, por voto da maioria absoluta do respectivo conselho.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23 São deveres dos Conselheiros, além do cumprimento da lei e deste Regimento, proceder eticamente, manter conduta apropriada e acatar as decisões do colegiado.

Parágrafo único. É vedado a qualquer dos Conselheiros agir individualmente em nome do Conselho.

Art. 24 O não cumprimento deste regimento por qualquer um dos Conselheiros, acarretará as seguintes sanções, de acordo com a decisão do colegiado:

I – Suspensão por 2 (duas) reuniões consecutivas; ou

II – Perda de mandato, em caso de reincidência da infração, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

Art. 25 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno, serão solucionadas por deliberação do Conselho, em qualquer de suas reuniões, por maioria de seus membros.

Art. 26 Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Mairiporã, 02 de setembro de 2024.

Diego de Araujo de Holanda

DIEGO DE ARAUJO DE HOLANDA

Presidente do Conselho Deliberativo